

Resumo expandido

INTERSETORIALIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES EM SAÚDE

Natália da Costa Evangelista¹; Vanessa Emília Thomaz Fagundes²; Lorrany Sousa Lira³; Ledyane de Freitas Pereira⁴; Carlos Felipe Bastos da Silva ⁵; Andréia Lúcia da Silva Oliveira⁶; Laysla Ferreira da Silva⁷

nataliadacostaevangelista@gmail.com¹;vanessa21.fagundes@hotmail.com²;lorranyb15.lsl@gmail.com³;ledyanfreitas@hotmail.com⁴;carloslpebs@gmail.com⁵;andreialucia_soliveira@yahoo.com.br⁶;layslaferreira26@gmail.com.br⁷

¹Centro Universitário do Rio Grande do Norte; ²Unigranrio; ³Faculdade metropolitana de Marabá; ⁴Faculdade Pitágoras; ⁵Centro universitário Amazônia; ⁶ Universidade Federal de Pernambuco; ⁷FAI - Centro Universitário de Adamantina

RESUMO

As desigualdades em saúde representam um dos principais desafios para os sistemas de saúde contemporâneos, especialmente em países marcados por profundas disparidades socioeconômicas, como no Brasil. Nesse contexto, a intersectorialidade tem sido apontada como estratégia fundamental para o enfrentamento das iniquidades em saúde, por meio de formulação e implementação de políticas públicas, uma vez que reconhece que o processo saúde-doença é influenciado por fatores sociais, econômicos, ambientais e culturais. O presente estudo tem como objetivo analisar o papel e a importância da intersectorialidade nas políticas públicas voltadas à redução das desigualdades em saúde no Brasil. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica de estudos publicados entre 2019 e 2024, em bases de dados científicas, como SciELO, PubMed e Google Scholar, além de documentos institucionais. A análise evidenciou que políticas intersectoriais são mais eficazes na redução das desigualdades, pois permitem ações mais abrangentes sobre os determinantes sociais da saúde. Entretanto, a implementação da intersectorialidade enfrenta desafios como fragmentação das políticas públicas, dificuldades de gestão, comunicação entre setores, limitações institucionais e formação profissional ainda centrada em práticas isoladas. Conclui-se que o fortalecimento da intersectorialidade nas políticas públicas é essencial para promoção da equidade em saúde, exigindo maior articulação entre setores, investimento em políticas integradas e compromisso dos gestores públicos, visando à melhoria das condições de vida da população.

Palavras-chave: Intersectorialidade. Desigualdades em saúde. Políticas públicas.

ABSTRACT

Health inequalities represent one of the main challenges for contemporary health systems, especially in countries marked by profound socioeconomic disparities, such as Brazil. In this context, intersectorality has been identified as a fundamental strategy for addressing health inequities through the formulation and implementation of public policies, since it recognizes that the health-disease process is influenced by social, economic, environmental, and cultural factors. This study aims to analyze the role and importance of intersectorality in public policies aimed at reducing health inequalities in Brazil. This is a qualitative, descriptive, and exploratory research study, developed through a literature review of studies published between 2019 and 2024 in scientific databases such as SciELO, PubMed, and Google Scholar, as well as institutional documents. The analysis showed that intersectoral policies are more effective in reducing inequalities because they allow for more comprehensive actions on the social determinants of health. However, the implementation of

intersectoral collaboration faces challenges such as fragmentation of public policies, management difficulties, communication between sectors, institutional limitations, and professional training still focused on isolated practices. It is concluded that strengthening intersectoral collaboration in public policies is essential for promoting health equity, requiring greater coordination between sectors, investment in integrated policies, and commitment from public managers, aiming to improve the living conditions of the population.

Keywords: Intersectorality. Health inequalities. Public policies.

1 INTRODUÇÃO

As desigualdades em saúde constituem um problema relevante para os sistemas de saúde em diferentes países, refletindo as condições sócio-econômicas e ambientais em que os indivíduos vivem e trabalham, sendo fortemente influenciadas por fatores estruturais que determinam o processo saúde-doença. Essas desigualdades não são apenas inevitáveis, mas, frequentemente, injustas e evitáveis, caracterizando-se como iniquidades em saúde (Whitehead, 1992).

No Brasil, os determinantes sociais e fatores que influenciam essa relação de desvantagem são a renda, a escolaridade, o emprego, as condições de moradia e o acesso aos serviços públicos contribuem para a manutenção de iniquidades em saúde entre diferentes grupos populacionais (Barreto et al., 2020). Por este motivo, essas iniquidades em saúde se manifestam de forma significativa entre diferentes regiões, classes sociais e grupos populacionais, refletindo um histórico de exclusão social e concentração de renda.

Diante desse cenário, observa-se que as políticas públicas tradicionais, organizadas de forma setorial e fragmentada, mostram-se insuficientes para enfrentar problemas complexos. Diante disso, emerge a necessidade de abordagens intersetoriais, capazes de integrar diferentes áreas governamentais e sociais, como saúde, educação, assistência social, habitação, trabalho e saneamento, na busca por soluções mais abrangentes e eficazes (Buss; Pellegrini Filho, 2007).

A intersetorialidade refere-se justamente à articulação entre diferentes setores governamentais e sociais para o planejamento e execução de ações integradas que enfrentam problemas complexos da sociedade. Esse conceito parte do entendimento de que o processo saúde-doença não depende apenas da assistência médica, mas também das condições de vida da população, como renda, educação, moradia, alimentação e acesso a direitos sociais.

Nesse contexto, a intersetorialidade tem sido reconhecida como uma estratégia fundamental para o enfrentamento dessas desigualdades, uma vez que permite a articulação entre diferentes setores de políticas públicas, como saúde, educação, assistência social, habitação e saneamento. Essa abordagem parte do entendimento de que os determinantes sociais da saúde não podem ser enfrentados apenas pelo setor saúde, exigindo ações integradas e coordenadas entre diferentes áreas governamentais (World Health Organization, 2023).

No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a promoção da saúde e a redução das desigualdades dependem do desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais capazes de atuar sobre os determinantes sociais e ampliar o acesso da população a condições adequadas de vida. Nesse sentido, a articulação entre diferentes setores sociais torna-se essencial para a construção de estratégias mais eficazes de promoção da saúde e de melhoria da qualidade de vida da população (Giovanella et al., 2021).

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo analisar a importância da intersetorialidade nas políticas públicas voltadas ao enfrentamento das desigualdades em saúde no contexto brasileiro, abordando seus fundamentos, aplicações, desafios e perspectivas.

2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica. A busca das produções científicas foi realizada nas bases de dados SciELO, PubMed e Google Scholar, além da consulta a documentos institucionais do Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde.

Foram utilizados os descritores “intersetorialidade”, “desigualdades em saúde” e “políticas públicas”, combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR. Como critérios de inclusão, foram considerados artigos científicos publicados entre os anos de 2019 e 2024, disponíveis na íntegra e que abordassem a relação entre intersetorialidade e redução das desigualdades em saúde.

Além disso, foram incorporadas obras clássicas e documentos de referência que fundamentam teoricamente o tema, ampliando a compreensão do fenômeno estudado. Foram excluídos estudos duplicados, publicações incompletas e trabalhos que não apresentavam relação direta com o tema investigado.

Após a seleção, os estudos foram analisados qualitativamente, buscando identificar evidências sobre o papel da intersetorialidade na formulação e implementação de políticas públicas voltadas à promoção da equidade em saúde.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura evidencia que as desigualdades em saúde estão profundamente relacionadas à distribuição desigual dos determinantes sociais da saúde, sendo influenciadas por condições sócio-econômicas e ambientais (OMS, 2010). Populações em situação de vulnerabilidade tendem a apresentar maior risco de adoecimento e menor acesso aos serviços de saúde, o que reforça a necessidade de políticas públicas mais integradas e abrangentes.

Nesse contexto, a intersetorialidade constitui uma estratégia essencial para o enfrentamento das desigualdades em saúde, pois permite a integração de diferentes políticas públicas voltadas à melhoria das condições de vida da população. Diante disso, a articulação entre setores como saúde, educação, assistência social, habitação e saneamento possibilita a implementação de ações mais abrangentes e eficazes na promoção da saúde (Giovanella et al., 2021).

A intersetorialidade pode ser compreendida como a articulação entre diferentes setores e políticas públicas com o objetivo de enfrentar problemas complexos de forma integrada (Junqueira, 2004). Essas políticas públicas integrativas tendem a apresentar maior capacidade de reduzir vulnerabilidades sociais e promover equidade em saúde (World Health Organization, 2023). Ademais, elas dependem da cooperação, compartilhamento de responsabilidades e construção de objetivos comuns entre diferentes áreas governamentais e atores sociais (Akerman et al., 2014), para que sejam alinhadas as ações de promoção da saúde, ampliar o impacto das ações e promover maior equidade em saúde.

No Brasil, o Sistema Único de Saúde adota um conceito ampliado de saúde, reconhecendo sua relação com fatores sociais, econômicos e ambientais. Dessa forma, a atuação intersetorial contribui para integrar ações de promoção, prevenção e cuidado, além de fortalecer a atenção primária à saúde como espaço estratégico para identificar necessidades sociais e articular respostas intersetoriais.

Entretanto, apesar da relevância da intersetorialidade, a sua implementação enfrenta diversos desafios, como à fragmentação institucional e administrativa; à dificuldade de comunicação intersetorial; à ausência de mecanismos eficazes de coordenação, o que gera uma dificuldade de coordenação entre os diferentes setores; à fragmentação das políticas públicas, às dificuldades de gestão e financiamento das políticas públicas, às disputas por poder e recursos, além de limitações institucionais e burocráticas. Outro desafio relevante refere-se à formação profissional ainda centrada em abordagens setoriais, o que dificulta o desenvolvimento de práticas colaborativas e interdisciplinares. Essas limitações podem comprometer a implementação de ações integradas e reduzir a efetividade das estratégias voltadas à redução das desigualdades em saúde (Barreto et al., 2020).

Dessa forma, torna-se fundamental fortalecer e desenvolver mecanismos e estratégias de governança e planejamento intersetorial, o incentivo à participação social e o compromisso político dos gestores, dessa forma deve-se garantir maior integração entre políticas públicas e ampliando a capacidade de resposta dos sistemas de saúde às necessidades da população.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS/CONCLUSÃO

A análise realizada demonstra que a intersetorialidade representa uma estratégia fundamental para o enfrentamento das desigualdades em saúde, uma vez que permite a articulação entre diferentes políticas públicas e setores governamentais, além de promover uma abordagem integrada dos determinantes sociais da saúde.

A integração entre áreas como saúde, educação, assistência social e saneamento contribui para a formulação de estratégias mais abrangentes e eficazes na promoção da equidade em saúde e na melhoria das condições de vida da população.

Entretanto, desafios relacionados à gestão pública, à coordenação institucional e ao financiamento das políticas públicas e à formação profissional, ainda representam obstáculos para a efetivação de ações intersetoriais. Dessa forma, torna-se essencial fortalecer mecanismos de articulação entre diferentes setores e ampliar o investimento em políticas públicas integradas.

Destarte, conclui-se que o fortalecimento da intersetorialidade nas políticas públicas constitui um elemento essencial para a redução das desigualdades em saúde e para a construção de uma sociedade mais justa, sustentável e equitativa.

REFERÊNCIAS

AKERMAN, Marco et al. **Intersetorialidade? Intersetorialidades!** Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 19, n. 11, p. 4291–4300, 2014.

BARRETO, Maurício L.; BARROS, Fernando C.; CARVALHO, Marília Sá. **Desigualdades em saúde no Brasil: avanços e desafios.** The Lancet Regional Health – Americas, 2020.

BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. **A saúde e seus determinantes sociais.** Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77–93, 2007.

GIOVANELLA, Lígia; FRANCO, Cassiano Mendes; ALMEIDA, Patty Fidelis. **Política Nacional de Atenção Básica e os desafios da Atenção Primária à Saúde no Brasil.** Ciência & Saúde Coletiva, 2021.

JUNQUEIRA, Luciano Antônio Prates. **A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor.** Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 25–36, 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Redução das desigualdades no período de uma geração.** Genebra: OMS, 2010.

WHITEHEAD, Margaret. **The concepts and principles of equity and health.** International Journal of Health Services, v. 22, n. 3, p. 429–445, 1992.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Social determinants of health.** Geneva: WHO, 2023.